



Fundação Escola Superior
do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ALINE SIQUEIRA DA SILVA

**IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NOS CASOS
DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Brasília
2018

ALINE SIQUEIRA DA SILVA

**IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NOS CASOS
DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação Ordem Jurídica e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, como quesito para obtenção do título de Especialista em Direito.

Orientador: Prof. Emerson Garcia

Brasília

2018

ALINE SIQUEIRA DA SILVA

**IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NOS CASOS
DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

**Artigo Científico apresentado ao Curso de Pós-Graduação Ordem Jurídica e
Ministério Público da Fundação Escola Superior do Ministério Público do
Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), como quesito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Direito.**

Área de Concentração: Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Data da Aprovação: ____/____/____

Examinador:

Professor Emerson Garcia

Orientador

Menção: _____

IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS NOS CASOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ALINE SIQUEIRA DA SILVA*

RESUMO

A Administração Pública deve exercer suas atividades com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelece o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal. Entretanto, é possível que durante esse processo de gerenciamento, alguns objetivos sejam deturpados e, assim, os interesses da Administração não sejam alcançados. Em razão disso, o artigo 37, § 4º, da Constituição Federal dispõe que “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. Surge então a Lei de Improbidade Administrativa para regulamentar a aplicação do artigo 37, § 4º, da CF/88, estabelecendo as modalidades de improbidade administrativa, tais como o enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário, concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, e as que atentam contra os princípios da Administração Pública. A Constituição Federal, ainda, em seu artigo 37, § 5º consignou que “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.” A redação do artigo acima traz grandes divergências de interpretação na doutrina. Em relação à jurisprudência, o tema parecia estar pacificado no sentido de que as ações de reparação de danos no caso de improbidade administrativa são imprescritíveis. Contudo, no julgamento do Recurso Extraordinário 669.069/MG, o Supremo Tribunal Federal fixou tese para se analisar a incidência da ressalva constitucional no artigo 37, §5º, entretanto, a questão jurídica deste recurso extraordinário não versava propriamente sobre atos de improbidade administrativa e, em decorrência disso, o debate dos autos acabou convergindo apenas para a prescritibilidade das ações de reparação decorrentes de ilícito civil. Essa discussão permitiu que mais tarde fosse reconhecida a repercussão geral do Recurso Extraordinário 852.475/SP, que aguarda julgamento, em que a tese a ser discutida diz respeito à prescritibilidade da ação de reparação de danos nos casos da Lei n. 8.429/92. Em virtude da importância do tema e de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a repercussão da questão no RE 852.475/SP é que o presente trabalho visa discutir a questão envolvendo prescritibilidade da ação de reparação de danos no caso de improbidade administrativa.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Lei de Improbidade Administrativa. Prescrição. Ação de Reparação de Danos Causados ao Erário.

* Aluna do Curso de Pós-Graduação em Ordem Jurídica e Ministério Público da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT). Servidora Pública Federal. E-mail: alinesiqueira245@hotmail.com

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 FINALIDADE E FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA PRESCRIÇÃO.....	7
1.1. DA PRESCRITIBILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	9
2 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	100
2.1 DAS POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES DA RESSALVA CONTIDA NA PARTE FINAL DO ARTIGO 37, PARÁGRAFO 5, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	11
3 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO	15
4 DO PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO	24
CONCLUSÃO	299
BIBLIOGRAFIA	30

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a Lei de Improbidade Administrativa ganhou grande destaque com a atuação ativa do Ministério Público no combate à corrupção e à efetiva punição daqueles que praticam atos de improbidade administrativa.

O artigo 12 da Lei n. 8.429/92 estabelece as sanções que poderão ser aplicadas aos agentes ímprobos. Além dessas sanções, uma das consequências jurídicas da condenação por atos de improbidade administrativa é o ressarcimento dos danos suportados pelo Erário. A reparação dos danos se mostra justa e eficaz para reaver as riquezas que são retiradas não só do Estado, mas sim de toda a sociedade, e, dessa forma, é um instrumento hábil para restabelecer o *status quo ante*.

Em razão da importância do tema, a Constituição Federal no seu artigo 37, § 5º dispõe que “a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”.

A redação do artigo acima traz grandes divergências de interpretação na doutrina.

Em relação à jurisprudência, o tema parecia estar pacificado no sentido de que as ações de reparação de danos no caso de improbidade administrativa são imprescritíveis. Contudo, no julgamento do Recurso Extraordinário 669.069/MG, o Supremo Tribunal Federal-STF firmou entendimento no sentido de que é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. Como se verifica, a questão jurídica deste recurso extraordinário não versava sobre ilícitos decorrentes de atos de improbidade, porém, a discussão levantada pelo STF neste recurso permitiu que mais tarde fosse reconhecida a repercussão geral do Recurso Extraordinário 852.475/SP, que aguarda julgamento, em que a tese a ser discutida diz respeito à prescritibilidade da ação de reparação de danos nos casos da Lei n. 8.429/92.

Tendo em vista a importância do tema e de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecida a repercussão da questão no RE 852.475/SP, o presente trabalho visa discutir a questão envolvendo prescritibilidade da ação de reparação de danos no caso de improbidade administrativa, em virtude de sua relevância para alcançar

efetivamente o efeito jurídico da condenação e sua eficácia para coibir que outros atos ímprobos sejam cometidos.

1 FINALIDADE E FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA PRESCRIÇÃO

Inicialmente, antes de se analisar efetivamente o objeto principal de estudo – prescritibilidade das ações de reparação de danos nos casos de improbidade administrativa, faz-se necessário estudarmos o instituto da prescrição em relação a sua finalidade e fundamento.

O ordenamento jurídico, diante da necessidade e do interesse público de se consolidar as relações jurídicas no tempo, prevê prazos para a veiculação da pretensão de modo que com após o decurso desse lapso temporal, se encerre as eventuais incertezas.¹

Dessa forma, o interessado tem um determinado prazo para buscar a tutela jurisdicional para solucionar eventuais incertezas, sob pena de se perpetuar a “instabilidade oriunda do fato de se possibilitar o exercício da ação por prazo indeterminado”.²

No mesmo sentido, ensina Venosa que o exercício de um direito não pode ficar pendente indefinidamente. Assim, deve ser exercício pelo titular dentro de um determinado prazo. Não ocorrendo isso, perde, o titular a prerrogativa de exigir uma pretensão válida de seu direito.³

Pontes de Miranda afirma que:

“[...] os prazos prescricionais servem à paz social e à segurança jurídica. Não destroem o direito, que é; não cancelam, não apaga as pretensões; apenas, encobrendo a eficácia da pretensão à conveniência de que não perdue por demasiado tempo a exigibilidade ou a acionalibilidade”.⁴

¹ GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2002, p. 497 *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 3, nov de 2008.

² DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 8ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p.202.

³ VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, V. I, p. 611.

⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Atualizado por Vilson Rosrigues Alves. São Paulo: Bookseller, 2000, tomo VI, p. 137 *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 3, nov de 2008.

Conforme exposto, podemos dizer que a finalidade da prescrição é a busca da estabilidade para as relações jurídicas, dessa forma, possível concluir que seu fundamento constitucional está na segurança, especificamente no princípio da segurança jurídica. Este é um dos valores erigidos pela Constituição Federal a princípio constitucional, direito fundamental da pessoa humana e parte do Estado Democrático de Direito.⁵

A própria Constituição Federal, em seu preambulo, já estabelece que pretende “instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança”; o art. 5º, *caput*, da CF/88 – garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à segurança; o art. 5º⁶, XXXVI, da CF/88 garante a proteção ao direito adquirido, ato jurídico perfeito e à coisa julgada; já o art. 103-A, § 1º, visa a resguardar, por meio de súmula vinculante, que terá como escopo a interpretação de normas determinadas sobre as quais hajam controvérsias que possam acarretar na insegurança jurídica.⁷

Bustamante ensina que:

“A vigência do Estado de Direito supõe, de maneira cabal e completa, a faculdade de exercer os direitos e garantias reconhecidos em todo o complexo normativo. Requer um marco confiável, estável, de normas gerais que se apliquem com continuidade, protegidas contra surpresas, mudanças ou rumos imprevisíveis ou caprichosos que respondam aos propósitos equivocados do homem forte, e não ao interesse da comunidade”.⁸

Quando temos um ordenamento jurídico que estabelece normas claras e coerentes há uma maior possibilidade de que as pessoas se sintam seguras e

⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no Direito Constitucional Brasileiro. In: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (coord.). *Constituição e segurança jurídica: Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005, o. 86-90.

⁶ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

⁷ ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 4, nov de 2008.

⁸ BUSTAMANTE, Teodoro Sánchez de. *Créditos nominados em dólares o em pesos convertibles de curso legal: Pesificación y devaluación*. *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 4, nov de 2008.

confiantes em relação àquelas normas e, toda essa estabilidade proporciona a segurança jurídica nas relações.

Conforme expõe Esteves e Cola em seu trabalho:

“Essa segurança existirá, portanto, quando o sistema for regularmente estabelecido em termos iguais para todos, mediante leis suscetíveis de ser conhecidas, que só se aplicam a condutas posteriores (e não prévias) a sua vigência, que são claras, que têm certa estabilidade e que são ditadas adequadamente por quem está investido de faculdades para fazê-lo.”⁹

Assim, buscando a estabilidade nas relações é que o ordenamento jurídico previu o instituto da prescrição com fundamento no princípio da segurança jurídica.

1.1 DA PRESCRITIBILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO

A imprescritibilidade, em nosso ordenamento jurídico, representa situação anômala, ou seja, que só poderia decorrer de previsão expressa e inequívoca.¹⁰ Dessa forma, todas as pretensões são prescritíveis, em maior ou menor prazo, conforme as disposições das leis infraconstitucionais.¹¹

Carlos Maximiliano ensina que a interpretação que se deveria dar a norma que estabelecesse a não prescrição deveria ser restritiva, por importar em um privilégio.¹² Ainda sobre o tema, Fornaciari Júnior leciona que “Evidente que, se até uma norma hipotética dispondo nesse sentido obrigaria a exegese restritiva, não haveria como da inexistência da norma chegar-se a igual conclusão”.¹³

⁹ ALTERINI, Atilio Aníbal. *La inseguridad jurídica*. Buenos Aires: Abeledo Perrot, 1993, p. 19 (tradução livre) *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 4-5, nov de 2008.

¹⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, v.1, p. 439.

¹¹ FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 42 n. 165, p.2. jan./mar. 2005.

¹² MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 190.

¹³ FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 42 n. 165, p.3. jan./mar. 2005.

2 DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

A Administração Pública na gestão da coisa pública deve exercer suas atividades com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelece o artigo 37¹⁴, *caput*, da Constituição Federal: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”.

Entretanto, é possível que durante esse processo de gerenciamento, alguns objetivos sejam deturpados e, assim, os interesses da Administração não sejam alcançados.

Em razão disso, o art. 37¹⁵, § 4º, da Constituição Federal dispõe que “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

Surge então a Lei de Improbidade Administrativa para regulamentar a aplicação do art. 37, § 4º, da CF/88, estabelecendo as modalidades de improbidade administrativa, tais como o enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário, concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, e as que atentam contra os princípios da Administração Pública.

A Constituição Federal, ainda, em seu § 5º do artigo 37 consignou que “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.”

Contudo, a ressalva constitucional estabelecida no artigo 37, § 5º trouxe diversas interpretações doutrinárias sobre o tema, inclusive, suscitando análise jurisprudencial¹⁶. Ressalta-se ainda que a própria Lei n. 8.429/92 trata da prescrição

¹⁴ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2018.

¹⁵ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2018.

¹⁶ O Supremo Tribunal Federal reconheceu repercussão geral da tese sobre prescritibilidade da ação de reparação de danos nos casos da Lei n. 8.429/92 no Recurso Extraordinário 852.475/SP.

em seu art. 23¹⁷ estabelecendo o prazo prescricional a ser aplicado nas sanções previstas na respectiva norma:

Art. 23. As ações destinadas a levar efeitos as sanções previstas na lei podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício do cargo efetivo ou emprego.

III – até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

2.1 DAS POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES DA RESSALVA CONTIDA NA PARTE FINAL DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O artigo 37, § 5º, da Constituição Federal suscitou diversas divergências no campo doutrinário e jurisprudencial sobre sua correta aplicação.

Parte da doutrina interpreta o artigo com fundamento na sua interpretação literal, no sentido de que a primeira parte do dispositivo estabelece que incidirá prescrição para ilícitos praticados pelo agente, dessa forma, a ressalva contida na parte final do dispositivo significa que não incidirá a prescrição a pretensão de reparação de danos.¹⁸

Essa primeira interpretação é o entendimento dominante da jurisprudência dos Tribunais Superiores e de parte da doutrina como ensina Maria Sylvia Zanella “ainda que para outros fins a ação de improbidade esteja prescrita, o mesmo não ocorre quanto ao ressarcimento dos danos”¹⁹ e Sérgio Shimura “por exceção, a própria

¹⁷ BRASIL. *Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992*. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Brasília, 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 13 fev 2018.

¹⁸ ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 8, nov de 2008.

¹⁹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Atlas. 2004, p. 720.

Constituição da República estabelece a imprescritibilidade da ação condenatória, como a referente ao ressarcimento ao erário público, art. 37, § 5º²⁰.

No mesmo sentido José Afonso da Silva:

A prescritibilidade, como forma de perda da exigibilidade de direito, pela inércia de seu titular, é um princípio geral do direito. Não será, pois, de estranhar que ocorram prescrições administrativas sob vários aspectos, que quanto às pretensões de interessados em face da Administração, que quanto às desta em face dos administrados. Assim é especialmente em relação aos ilícitos administrativos. Se a Administração não toma providências à sua apuração e à responsabilidade do agente, a sua inércia gera a perda de o seu *ius persecuendi*. É o princípio que consta do art. 37, §5º, que dispõe: “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”. Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito, não porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário. É uma ressalva constitucional e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorrem quem fica inerte (*dormientibus no succurrit ius*). Deu-se assim à Administração inerte o prêmio da imprescritibilidade na hipótese considerada.²¹

Ainda sobre a questão acima exposta, Garcia e Pacheco, ao tratarem sobre o tema da prescritibilidade da ação de reparação de danos no caso de improbidade administrativa, entendem que o aparente conflito entre o artigo 37, §5º, da CF/88 e o artigo 23 da Lei de Improbidade Administrativa deve ser resolvido reconhecendo a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dessa forma, afirmam que “somente as demais sanções previstas nos feixes do art. 12 da Lei de Improbidade serão atingidas pela prescrição, não o ressarcimento do dano (material ou moral), o qual poderá ser a qualquer tempo perseguido”.²²

Essa primeira interpretação é criticada pela doutrina no sentido de beneficiar a Administração inerte e outro argumento suscitado diz respeito ao patrimônio dos herdeiros do agente ímprobo:

²⁰ SHIMURA, Sérgio. *Prescrição e estabilidade jurídica*. In: *Revista Mestrado em Direito*, Osasco, Ano 6, n.1.,2006, p.101.

²¹ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 673.

²² GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 5ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 644, 2010.

“no que tange aos danos civis, o propósito do Texto é de tornar imprescritíveis as ações visando ao ressarcimento do dano causado. É de lamentar-se que a opção do constituinte por essa exceção à regra da prescritibilidade, que é sempre encontrável relativamente ao exercício de todos os direitos. Wolgran Junqueira Ferreira levanta o problema consistente em saber se os herdeiros do causador do ilícito respondem pelos prejuízos causados pelo *de cujus*. Seu ponto de vista é que ‘sim, na força de sua herança, pois esta é, em tese, fruto daquele ilícito’”.²³

Uma segunda interpretação defendida por parte da doutrina é no sentido de que a “reparação de danos seria imprescritível porque à ação civil pública visando à recomposição do patrimônio público não se aplicariam as regras de prescrição do direito privado”²⁴.

A terceira forma de se analisar o artigo em estudo seria que a pretensão de reparação de danos é prescritível, pois o dispositivo em momento algum afirmou que esta pretensão seria imprescritível. Além disso, toda vez que a Constituição estabeleceu a imprescritibilidade a faz se forma expressa²⁵, como por exemplo, os artigos abaixo:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XLII – a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

²³ BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição de 1988*, v. 1. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 479. *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 9, nov de 2008.

²⁴ MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo: Meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses*. 19 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 185. *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 9, nov de 2008.

²⁵ TOURINHO, Rita Andréa Rehem Almeida. *A prescrição e a lei de improbidade administrativa*. In: *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 274, 7 abr, 2004. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/5054/a-prescricao-e-a-lei-de-improbidade-administrativa>>. Acesso em: 8 fev 2018.

[...]

XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;”²⁶

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

[...]

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.”²⁷

Nesse sentido defende Fornaciari Júnior:

No caso, a imprescritibilidade deveria estar expressamente prevista na Constituição, exatamente porque da prescrição tratou a Lei Maior, delegando a sua disciplina, quanto a alguns aspectos, às menores. Se não procedeu do mesmo modo com relação ao ressarcimento, isso sozinho não autoriza concluir ter adotado a tese da não prescrição. Tanto é assim que, quando a Constituição previu demandas ou sanções sujeitas à prescrição, fê-lo de modo expresso, como se verifica relativamente aos crimes de racismo (art. 5º, inciso XLII) e quanto às ações de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (art. 5º, inciso XLVI). Não houve relativamente a esses temas, um silêncio ou a simples proibição de uma norma inferior tratar do assunto, mas claramente se retirou a incidência do tempo sobre os fatos, proclamando-se a imprescritibilidade.²⁸

Fornaciari Júnior, como um dos autores desse terceiro entendimento, afirma ainda que a Constituição Federal não reserva maiores preocupações com a questão de ordem patrimonial, mesmo que se trata de dinheiro público. Dessa forma, ele entende ser contraditório conferir a imprescritibilidade da pretensão ressarcitória, versando sobre interesses materiais, a mesma dignidade que o ordenamento

²⁶ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2018.

²⁷ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2018.

²⁸ FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 42 n. 165, p.3. jan./mar. 2005.

empregou a outros bens tutelados como, por exemplo, o crime de racismo e a ação de grupos armados atentando contra a ordem constitucional ou o Estado.²⁹

Por fim, a quarta forma possível de se interpretar o artigo 37, §5º, da CF/88 seria no sentido de que a Constituição permitiu tanto ao Código Civil quanto à lei que se estabelecesse os prazos prescricionais e, dessa forma, permitiu a criação de dois regimes pelo legislador ordinário, o primeiro diz respeito à pretensão punitiva e o outro diria respeito à pretensão ressarcitória, que pode ser regulada pela lei específica aplicável ao ressarcimento ao erário ou, na sua ausência, pelo Código Civil.³⁰

3 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL NAS AÇÕES DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO

O primeiro julgado no Supremo Tribunal Federal que analisou a incidência do § 5º, do art. 37, da Constituição Federal foi o Mandado de Segurança 26.210/DF³¹, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, em setembro de 2008.

Tratava-se de ação mandamental impetrado por uma servidora do Tribunal de Contas da União em virtude da mesma ter sido condenada ao apagamento da importância de 167.021,15 (cento e sessenta e sete mil, vinte e um reais e quinze centavos) à título de devolução de valores em decorrência do descumprimento da

²⁹ FORNACIARI JÚNIOR, Clito. Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 42 n. 165, p.3. jan./mar. 2005.

³⁰ ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 9, nov de 2008.

³¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da união. Bolsista do CNPq. Descumprimento da obrigação de retornar ao país após término da concessão de bolsa para estudo no exterior. Ressarcimento ao erário. Inocorrência de Prescrição. Denegação da Segurança. I – O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II – Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III – Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV – Segurança denegada. MS 26.210/DF. Tribunal Pleno. Rel: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, 4, de setembro de 2008. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%24PRESCRIT%24+E+EXTERIOR%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ybljlrvi>>.

obrigação de retornar ao país após o término da concessão da bolsa de estudos no exterior.

Neste caso específico, o Ministro Ricardo Lewandowski entendeu que a impetrante estava ciente das normas vigentes a época e sabia que deveria retornar ao Brasil quando ela findasse o curso de doutorado. Assim, o fato de não ter retornado causou danos ao erário, o que determina o ressarcimento dos prejuízos apurados e, dessa forma, deveria incidir a ressalva constitucional contida no art. 37, § 5º, da CF, no sentido de que a ação de ressarcimento de danos causos ao Estado é imprescritível.

A segurança foi denegada nos termos do voto do Ministro relator, contudo o Ministro Marco Aurélio consignou ressalva quanto ao seu entendimento da aplicação do art. 37, § 5º, da CF, afirmando que não se trata de imprescritibilidade da ação de reparação e que entende que a segurança jurídica deve prevalecer, conforme se extrai do trecho do seu voto:

[...] não compreendo a parte final do § 5º do artigo 37 da Constituição Federal como a encerrar a imprescritibilidade das ações considerada a dívida passiva da União. Não. A ressalva remete à legislação existente e recepcionada pela Carta de 1988; a ressalva remete à disposição segundo a qual prescrevem as ações, a partir do nascimento destas, em cinco anos, quando se trata – repito – de dívida passiva da Fazenda. E isso homenageia a almejada segurança jurídica: a cicatrização de situações pela passagem do tempo.

[...]

Não coloco na mesma vala a situação patrimonial alusiva ao ressarcimento e outras situações em que a Constituição afasta a prescrição. O constituinte de 1988 foi explícito, em certos casos, quanto à ausência de prescrição. Aqui, não. Não posso conceber que simplesmente haja o constituinte de 1988 deixado sobre a cabeça de possíveis devedores do erário, inclusive quanto ao ressarcimento por ato ilícito, praticado à margem da ordem jurídica, uma ação exercitável a qualquer tempo.³²

³² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da união. Bolsista do CNPq. Descumprimento da obrigação de retornar ao país após término da concessão de bolsa para estudo no exterior. Ressarcimento ao erário. Inocorrência de Prescrição. Denegação da Segurança. I – O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II – Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III – Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV – Segurança denegada. MS 26.210/DF. Tribunal Pleno. Rel: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, 4, de setembro

Após esse julgado, vários outros processos que analisavam a aplicação do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal firmaram orientação jurisprudencial no sentido da imprescritibilidade das ações de reparação de danos nos casos de improbidade administrativa, conforme podemos observar das ementas colacionadas abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ACÓRDÃO DO TCU. TOMADA DE CONTAS. FRAUDES OCORRIDAS NA EMISSÃO DE VALES POSTAIS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ quanto à imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa.

2. Ademais, "o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 669.069/MG, submetido ao regime da repercussão geral, limitou-se à análise da prescritibilidade das ações civis, explicitando que a orientação contida no julgamento não se aplica ao ressarcimento dos danos ao erário decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa" (AgRg no REsp 1.472.944/SP, Rel. Ministra Diva Malerbi, Segunda Turma, DJe de 28.6.2016).

3. Recurso Especial não provido.

(REsp 1687349/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017) – grifos acrescidos³³

de 2008. Disponível em: <
<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%24PRESCRIT%24+E+EXTERIOR%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ybljlrvi>>.

³³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. Processual civil. Recurso especial. Embargos à execução fiscal. Acórdão do tcu. Tomada de contas. Fraudes ocorridas na emissão de vales postais. Ressarcimento ao erário. Imprescritibilidade. Acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do stj. Recurso não provido. 1. Verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ quanto à imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa. 2. Ademais, "o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 669.069/MG, submetido ao regime da repercussão geral, limitou-se à análise da prescritibilidade das ações civis, explicitando que a orientação contida no julgamento não se aplica ao ressarcimento dos danos ao erário decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa" (AgRg no REsp 1.472.944/SP, Rel. Ministra Diva Malerbi, Segunda Turma, DJe de 28.6.2016). 3. Recurso Especial não provido. REsp 1687349/AL. Segunda Turma. Relator: Min. Herman Benjamin. Brasília, 3 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1687349.num.&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. IMPRESCRITÍVEL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal contra os recorridos, objetivando a condenação por ato ímprobo.

2. O Juiz de 1º Grau recebeu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito em relação a uma das partes, em razão de acolher a arguição de prescrição. Desta decisão, o Parquet interpôs Agravo de Instrumento, sustentando que a pretensão de ressarcimento do dano é imprescritível.

3. O Tribunal a quo negou provimento ao Agravo de Instrumento do Ministério Público Federal.

Da Jurisprudência pacífica do STJ com relação à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário.

4. **Quanto à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário, o STJ pacificou o entendimento de que é imprescritível.** Nesse sentido: AgRg no AREsp 663.951/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20.4.2015, AgRg no AREsp 488.608/RN, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª Região), Primeira Turma, DJe 19.12.2014, AgRg no REsp 1.427.640/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2014, REsp 1.289.609/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 2.2.2015, REsp 1.405.346/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 19.8.2014, AgRg no AREsp 513.006/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29.9.2014, AgRg no AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29.11.2013, REsp 1.331.203/DF, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 11/04/2013, REsp 1.089.492/RO, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 18.11.2010, EREsp 1.218.202/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 28.9.2012, REsp 1.312.071/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.5.2013.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1303030/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 30/06/2015) – grifos acrescidos³⁴

³⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO IMPRESCRITÍVEL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal contra os recorridos, objetivando a condenação por ato ímprobo. 2. O Juiz de 1º Grau recebeu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito em relação a uma das partes, em razão de acolher a arguição de prescrição. Desta decisão, o Parquet interpôs Agravo de Instrumento, sustentando que a pretensão de ressarcimento do dano é imprescritível. 3. O Tribunal a quo negou provimento ao Agravo de Instrumento do Ministério Público Federal. Da Jurisprudência pacífica do STJ com relação à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário. 4. Quanto à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário, o STJ pacificou o entendimento de que é imprescritível. Nesse sentido: AgRg no AREsp 663.951/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20.4.2015, AgRg no AREsp

PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. OCORRÊNCIA OU NÃO DE DANO AO ERÁRIO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DESCONTOS DE 30% DOS PROVENTOS. IMPENHORABILIDADE. RESP. 1.184.765/PA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, os arts. 21, I, da Lei n. 8.429/92, 1º da Lei n. 4.657/42 e 282, IV, do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF, por analogia.

2. Analisar a ocorrência, ou não, de dano ao erário passa necessariamente pela análise do conjunto probatório dos autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame.

3. O acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido do entendimento desta Corte, qual seja, não há falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível, "mesmo se cumulada com a ação de improbidade administrativa (art. 37, § 5º, da CF)" (AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra ELIANA CALMON). Precedentes. Súmula 83/STJ.

4. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro Luiz Fux, sob o regime dos recursos repetitivos, consolidou entendimento segundo o qual, são absolutamente impenhoráveis "os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal".

488.608/RN, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª Região), Primeira Turma, DJe 19.12.2014, AgRg no REsp 1.427.640/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2014, REsp 1.289.609/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 2.2.2015, REsp 1.405.346/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 19.8.2014, AgRg no AREsp 513.006/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29.9.2014, AgRg no AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29.11.2013, REsp 1.331.203/DF, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 11/04/2013, REsp 1.089.492/RO, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 18.11.2010, EResp 1.218.202/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 28.9.2012, REsp 1.312.071/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.5.2013. 5. Recurso Especial provido. REsp 1303030/AL. Segunda Turma. Relator: Min. Herman Benjamin. Brasília, 2 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1303030.num.&b=ACOR&thesaurus=JURIDI CO&p=true>.

Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar o desconto de 30% dos proventos do recorrente.

(REsp 1485439/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 20/04/2015) – grifos acrescidos³⁵

Os julgados acima expostos eram considerados jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Contudo, no julgamento do Recurso Extraordinário 669.069/MG ³⁶, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. Como se verifica, a questão jurídica deste recurso extraordinário não versava sobre ilícitos decorrentes de atos de improbidade, porém, a discussão levantada pelo STF neste recurso permitiu que

³⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. OCORRÊNCIA OU NÃO DE DANO AO ERÁRIO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DESCONTOS DE 30% DOS PROVENTOS. IMPENHORABILIDADE. RESP. 1.184.765/PA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, os arts. 21, I, da Lei n. 8.429/92, 1º da Lei n. 4.657/42 e 282, IV, do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF, por analogia. 2. Analisar a ocorrência, ou não, de dano ao erário passa necessariamente pela análise do conjunto probatório dos autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. 3. O acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido do entendimento desta Corte, qual seja, não há falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível, "mesmo se cumulada com a ação de improbidade administrativa (art. 37, § 5º, da CF)" (AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra ELIANA CALMON). Precedentes. Súmula 83/STJ. 4. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro Luiz Fux, sob o regime dos recursos repetitivos, consolidou entendimento segundo o qual, são absolutamente impenhoráveis "os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal". Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar o desconto de 30% dos proventos do recorrente. REsp 1485439/SP. Segunda Turma. Relator: Min. HUMBERTO MARTINS. Brasília, 14 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1485439.num.&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

³⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordao&url=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

mais tarde fosse reconhecida a repercussão geral do Recurso Extraordinário 852.475/SP³⁷, que aguarda julgamento, em que a tese a ser discutida diz respeito à prescritebilitade da ação de reparação de danos nos casos da Lei n. 8.429/92.

O Recurso Extraordinário 669.069/MG trata de demanda que objetiva a condenação da Viação Três Corações Ltda. ao pagamento de indenização por ter causado acidente em que se danificou automóvel de propriedade da União. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou a sentença que extinguiu o processo por prescrição, ao entendimento de que a ação de ressarcimento por danos causados ao erário deve observar o prazo prescricional quinquenal, não se aplicando a parte final do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal.

Foi reconhecida a repercussão geral do Recurso Extraordinário 669.069/MG com a seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO. INTERPRETAÇÃO DA RESSALVA FINAL PREVISTA NO ARTIGO 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

Apresenta repercussão geral o recurso extraordinário no qual se discute o alcance da imprescritebilitade da pretensão de ressarcimento ao erário prevista no artigo 37, § 5º, da Constituição Federal.

O relator do Recurso Extraordinário Ministro Teori Zavascki propôs a fixação de tese no sentido de que a “imprescritebilitade a que se refere o art. 37, § 5º, da CF diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de atos praticados por qualquer agente, servidor ou não, tipificados como ilícitos de improbidade administrativa ou como ilícitos penais”. Ele estabeleceu essa linha de entendimento com base na interpretação literal atribuída a ressalva constitucional, entende que o fragmento final do mencionado dispositivo veicula, “sob a forma da imprescritebilitade, uma ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas

³⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRITEBILIDADE (ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à prescritebilitade da pretensão de ressarcimento ao erário, em face de agentes públicos, em decorrência de suposto ato de improbidade administrativa. 2. Repercussão geral reconhecida. RE 852475 RG/SP. Tribunal Pleno. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 19 de maior de 2016. Disponível em: <
<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28852475%29&base=baseRepercussao&url=http://tinyurl.com/hut7s62>>.

legislativas displicentes com o patrimônio público”. Além disso, ele ressalta que a ação de improbidade possui prazo prescricional e que o artigo 23 da Lei n. 8.429/92 se aplica as demais sanções, não se aplicando, todavia, as ações de ressarcimento de danos.

Nessa mesma linha consigna Garcia e Pacheco, ao tratarem sobre o tema da prescritibilidade da ação de reparação de danos no caso de improbidade administrativa, entendem que o aparente conflito entre o artigo 37, §5º, da CF/88 e o artigo 23 da Lei de Improbidade deve ser resolvido reconhecendo a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dessa forma, afirmam que “somente as demais sanções previstas nos feixes do art. 12 da Lei de Improbidade serão atingidas pela prescrição, não o ressarcimento do dano (material ou moral), o qual poderá ser a qualquer tempo perseguido”.³⁸

Após a exposição de seu voto, alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal suscitaram algumas considerações em se reconhecer que as ações de ressarcimento são imprescritíveis. O Ministro Marco Aurélio levantou a questão de se permitir um direito de ação eterno e a questão do direito dos herdeiros. Nesse mesmo sentido ensina Bastos que:

“no que tange aos danos civis, o propósito do Texto é de tornar imprescritíveis as ações visando ao ressarcimento do dano causado. É de lamentar-se que a opção do constituinte por essa exceção à regra da prescritibilidade, que é sempre encontrável relativamente ao exercício de todos os direitos. Wolgran Junqueira Ferreira levanta o problema consistente em saber se os herdeiros do causador do ilícito respondem pelos prejuízos causados pelo *de cuius*. Seu ponto de vista é que ‘sim, na força de sua herança, pois esta é, em tese, fruto daquele ilícito’”.³⁹

³⁸ GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 5ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 644, 2010.

³⁹ BASTOS, Celso Ribeiro. *Comentários à Constituição de 1988*, v. 1. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 479. *apud* ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 9, nov de 2008.

De outro lado, o Ministro Roberto Barroso sugere que a tese seja restrita ao caso concreto – que versa sobre acidente automobilístico, uma vez não houve o devido contraditório e ampla defesa no processo no tocante às ações de reparação de danos nos casos de improbidade administrativa e, dessa forma, o tema não deveria ser tratado de forma tão ampla. Ele acompanha o voto do relator na parte que se refere que é prescritível as ações de reparação de dano decorrentes de ilícito civil. Salientou ainda que:

“Eu devo dizer que, em linha de princípio, não tenho simpatia pela tese da imprescritibilidade, tal como aqui enunciou o Ministro Marco Aurélio. E acho, o Ministro Teori observou isso, que a regra geral no Direito brasileiro é a prescritibilidade, salvo as exceções inequívocas, que estão na Constituição, que são: o crime de racismo e as ações de grupos armados contra o Estado democrático e contra a Constituição. Portanto, nesses dois casos, eu não tenho dúvida. Esse dispositivo, que nós estamos debatendo, que é o 37, § 5º, ele tem um componente de obscuridade, na sua locução final [...]”⁴⁰

O Ministro Luiz Fux suscitou a importância do tema e a necessidade de se analisar a aplicação do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal e votou por acompanhar integralmente o voto do ministro relator. Ressaltou ainda que a tese deveria ser analisada em sua amplitude e não restritivamente, como sugeriu o Ministro Roberto Barroso.

Por fim, o Tribunal, por maioria de votos e nos termos do voto do Ministro relator, negou provimento ao recurso extraordinário, vencido o Ministro Edson Fachin. E fixaram a seguinte tese “é prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”.

Como se observa da discussão posta acima, o Recurso Extraordinário 669.069/MG teve sua tese restringida ao caso concreto, como ressaltado pelo Ministro Barroso. E não houve uma efetiva discussão sobre os casos de ação de reparação em ação de improbidade administrativa.

⁴⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordao&surl=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

Mais tarde, o Supremo Tribunal Federal reconheceu repercussão da questão no RE 852.475/SP, que aguarda julgamento, para então apreciar a efetiva incidência do artigo 37, § 5º, da Constituição Federal nas ações de reparação que versem sobre improbidade administrativa.

4 DO PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES DE REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO

A Lei de Improbidade administrativa vem se mostrando um poderoso instrumento legislativo ao combate da corrupção e à improbidade, trazendo para o plano da realidade a perspectiva de punição no âmbito não penal, paralelamente à constrição de bens, à reparação do erário e ao afastamento do mau agente do cenário da vida pública.⁴¹

Ressalta-se que não é apenas a produção normativa que inibe esse tipo de conduta desviante do serviço público, mas a aquisição de uma consciência democrática de toda a população. Nesse sentido ensina Garcia e Pacheco:

O combate à corrupção não há de ser fruto de mera produção normativa, mas sim, o resultado da aquisição de uma consciência democrática e de uma lenta e paulatina participação popular, o que permitirá a contínua fiscalização das instituições públicas, reduzirá a conivência e, pouco a pouco, depurará as ideias daqueles que pretendem ascender ao poder. Com isto a corrupção poderá ser atenuada, pois eliminada nunca o será.⁴²

Nos últimos anos, a atuação ativa do Ministério Público no combate à corrupção e à efetiva punição daqueles que praticam atos de improbidade administrativa ganhou grande destaque no meio social, principalmente, nos casos relacionados à operação “Lava-Jato”. Ressalta-se que uma das informações mais importantes noticiadas nos meios midiáticos consistiu na devolução de R\$ 653 milhões de reais à Petrobras, dinheiro este devolvido ao Estado em razão dos

⁴¹ Boletim Científico: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília a.10 n. 36. Ed Especial 20 Anos da Lei de Improbidade Administrativa, 2011.

⁴² GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 5ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p.8.

acordos de colaboração premiada e de leniência realizados e processos instaurados.⁴³

Em razão disso, mostra-se de extrema relevância se discuti sobre a prescritibilidade da ação de reparação de danos nos casos de improbidade administrativa, como uma das consequências jurídicas da condenação por atos de improbidade administrativa.

Bruno Barros de Assunção ensina que:

[...] o ressarcimento do dano ao erário caracteriza a obrigação legal de reparar o prejuízo causado, de retornar ao *status quo ante*, de afastar os efeitos nocivos da conduta praticada, de desfazer a lesão. Nessa ordem de fatores, resta evidente que o ressarcimento do dano ao erário não consubstancia sanção em sentido estrito, ou seja, instrumento de repressão e punição ao transgressor da norma, tal como, por exemplo, a suspensão dos direitos políticos e a aplicação de multa, e sim mecanismo de tutela de direitos e interesses, no caso, a higidez do patrimônio público atingido pelo ato de improbidade.⁴⁴

Dos argumentos acima expostos e da importância da ação de reparação para reaver os valores desviados pela corrupção é que o presente trabalho vincula-se a corrente que defende a interpretação literal do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no sentido de que a Carta Maior estabeleceu a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário.

Conforme ensina Garcia e Pacheco, ao tratarem sobre o tema da prescritibilidade da ação de reparação de danos no caso de improbidade administrativa, entendem que o aparente conflito entre o artigo 37, §5º, da CF/88 e o artigo 23 da Lei de Improbidade deve ser resolvido reconhecendo a imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dessa forma, afirmam que “somente as demais sanções previstas nos feixes do art. 12 da Lei de Improbidade serão

⁴³ G1. *Portal de Notícias da Globo*. Paraná, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-diz-que-devolucao-de-r-653-milhoes-a-petrobras-vem-de-36-acordos-de-colaboracao-premiada-e-5-de-leniencia.ghtml>>. Acesso em: 13 fev 2017.

⁴⁴ ASSUNÇÃO, Bruno Barros de. *Natureza jurídica do ressarcimento integral do dano na Lei n. 8.429/92: o posicionamento do STJ e seus reflexos na aplicação do art. 12 e na atuação do membro do MPF*. Boletim Científico: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília a.10 n. 36. Ed Especial 20 Anos da Lei de Improbidade Administrativa, p. 19, 2011.

atingidas pela prescrição, não o ressarcimento do dano (material ou moral), o qual poderá ser a qualquer tempo perseguido”.⁴⁵

O art. 23 da Lei de Improbidade Administrativa que trata sobre os prazos prescricionais a serem aplicados as sanções previstas na mencionada lei dispõe:

Art. 23. As ações destinadas a levar efeitos as **sanções previstas na lei** podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício do cargo efetivo ou emprego.

III – até cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelas entidades referidas no parágrafo único do art. 1º desta Lei. – grifos acrescentados

Se analisarmos a literalidade do texto podemos dizer que o artigo 23 diz que os prazos prescricionais serão aplicados as sanções previstas na lei, contudo, conforme já mencionado a reparação de danos nos casos de improbidade administrativa, não é propriamente uma sanção, mas sim uma das consequências jurídicas da condenação por atos de improbidade administrativa. Dessa forma, não haveria conflito entre os dispositivos.

Bruno Barros de Assunção ensina que:

[...] o ressarcimento do dano ao erário caracteriza a obrigação legal de reparar o prejuízo causado, de retornar ao *status quo ante*, de fastas os efeitos nocivos da conduta praticada, de desfazer a lesão.

Nessa ordem de fatores, resta evidente que o ressarcimento do dano ao erário não consubstancia sanção em sentido estrito, ou seja, instrumento de repressão e punição ao transgressor da norma, tal como, por exemplo, a suspensão dos direitos políticos e a aplicação de multa, e sim mecanismo de tutela de direitos e interesses, no

⁴⁵ GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. 5ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 644, 2010.

caso, a higidez do patrimônio público atingido pelo ato de improbidade.

[...]

É por tal razão que a previsão do ressarcimento também está contida em outro dispositivo da Lei n. 8.429/1992, qual seja o art. 5º, que afirma que “ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano”, desvinculando-o do art. 12 e da ideia de pena ou sanção, justamente para o que o intérprete/aplicador do Direito possa reconhecer a sua verdadeira natureza de mero desdobramento de qualquer ilícito que provoque prejuízo a outrem.⁴⁶

Ademais, como bem ressaltado pelo Min. Teori Zavascki, no Recurso Extraordinário, 669069/MG, o fragmento final do mencionado dispositivo veicula, “sob a forma da imprescritibilidade, uma ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público”. Ademais, estabelece, ainda, que o que é imprescritível é a ação de ressarcimento, todavia, as demais sanções da Lei n. 8.429/92 continuaram a observar o prazo prescricional estabelecido na respectiva lei.⁴⁷

Na defesa da imprescritibilidade das ações de reparação de danos ao erário decorrentes de atos de improbidade, o Ministro Luiz Fux alerta ainda que a Constituição de 1988 traz uma proteção especial à moralidade administrativa do patrimônio público, principalmente contra atos de improbidade praticados por servidores. Afirma que:

⁴⁶ ASSUNÇÃO, Bruno Barros de. *Natureza jurídica do ressarcimento integral do dano na Lei n. 8.429/92*: o posicionamento do STJ e seus reflexos na aplicação do art. 12 e na atuação do membro do MPF. Boletim Científico: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília a.10 n. 36. Ed Especial 20 Anos da Lei de Improbidade Administrativa, p. 19, 2011.

⁴⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordao&surl=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

“Quer dizer, se há um ato de improbidade que causa lesão ao erário, essa ação, teoricamente, por uma interpretação teleológica do dispositivo seria imprescritível, porque, o que diz a lei? A lei fará a previsão da punição dos ilícitos e da prescrição – está prescrito, está extinta a punibilidade -, mas o dano ao erário precisa ser ressarcido, porque há uma superproteção constitucional do erário na Constituição Federal.”⁴⁸

Além desses argumentos, o Ministro Ricardo Lewandowski faz a seguinte análise em seu voto:

“Eu queria apenas, também para ajudar na reflexão, sem adiantar meu ponto de vista, trazer à colação o artigo 5º, inciso XLV, da Carta Magna, que trata justamente dos direitos fundamentais dos cidadãos. E aí há uma indicação no sentido da tese proposta pelo eminente Ministro Luiz Fux, **no sentido de afirmar que os danos contra o patrimônio público são tão graves que, se não são imprescritíveis, beiram a imprescritibilidade**, porque diz o inciso XLV o seguinte:

“XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;”.

Ou seja, até os bisnetos.”- grifos acrescentados⁴⁹

Conforme se verifica, a Constituição Federal no art. 37, § 5º estabeleceu a imprescritibilidade da ação de reparação de danos, não havendo que se falar em conflito com o art. 23 da Lei n. 8.429/92. Ressalto, ainda, que diante da importância deste tipo de ação e com o intuito de inibir esse tipo de conduta, que lesa não apenas o Estado, mas toda a sociedade, é que se faz necessária interpretar o dispositivo no sentido da imprescritibilidade da ação de reparação dos danos

⁴⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

⁴⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

decorrentes de atos de improbidade; não interpretar dessa maneira implicaria em um enfraquecimento no combate à corrupção.

CONCLUSÃO

Importante destacar que o Constituinte de 1988 trouxe no artigo 37, §5º, da Constituição Federal uma ressalva constitucional com o objetivo de proteger o patrimônio público e demonstrar sua relevância.

Analisar esse dispositivo como imprescritível reforça a importância ao combate à corrupção e uma resposta efetiva para as disposições contidas na Lei de Improbidade Administrativa .

É relevante destacar quantos recursos voltaram para o Estado em decorrência das ações de ressarcimento de danos decorrentes dos casos de improbidade administrativa, dinheiro este que não é só do Erário, mas de toda a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Bruno Barros de. ***Natureza jurídica do ressarcimento integral do dano na Lei n. 8.429/92: o posicionamento do STJ e seus reflexos na aplicação do art. 12 e na atuação do membro do MPF.*** Boletim Científico: Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília a.10 n. 36. Ed Especial 20 Anos da Lei de Improbidade Administrativa, p. 19, 2011.

Boletim Científico: **Escola Superior do Ministério Público da União.** Brasília a.10 n. 36. Ed Especial 20 Anos da Lei de Improbidade Administrativa, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). ***Constituição da República Federativa do Brasil.*** Brasília: Senado Federal, 2010.

BRASIL. ***Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.*** Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Brasília, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8429.htm. Acesso em: 13 fev 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança. Tribunal de Contas da união. Bolsista do CNPq. Descumprimento da obrigação de retornar ao país após término da concessão de bolsa para estudo no exterior. Ressarcimento ao erário. Inocorrência de Prescrição. Denegação da Segurança. I – O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II – Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III – Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV – Segurança denegada. MS 26.210/DF. Tribunal Pleno. Rel: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília, 4, de setembro de 2008. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%24PRESCRIT%24+E+EXTERIOR%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/ybljlrvi>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. Processual civil. Recurso especial. Embargos à execução fiscal. Acórdão do tcu. Tomada de contas. Fraudes ocorridas na emissão de vales postais. Ressarcimento ao erário. Imprescritibilidade. Acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do stj. Recurso não provido. 1. Verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do STJ quanto à imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa. 2. Ademais, "o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o RE 669.069/MG, submetido ao regime da repercussão geral, limitou-se à análise da prescritibilidade das ações civis, explicitando que a orientação contida no julgamento não se aplica ao ressarcimento dos danos ao erário decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa" (AgRg no REsp 1.472.944/SP, Rel. Ministra Diva Malerbi, Segunda Turma, DJe de 28.6.2016). 3. Recurso Especial não provido. REsp 1687349/AL. Segunda Turma. Relator: Min.

Herman Benjamin. Brasília, 3 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1687349.num.&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO IMPRESCRITÍVEL. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Cuida-se, na origem, de Ação de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Federal contra os recorridos, objetivando a condenação por ato ímprobo. 2. O Juiz de 1º Grau recebeu a petição inicial e extinguiu o processo com resolução de mérito em relação a uma das partes, em razão de acolher a arguição de prescrição. Desta decisão, o Parquet interpôs Agravo de Instrumento, sustentando que a pretensão de ressarcimento do dano é imprescritível. 3. O Tribunal a quo negou provimento ao Agravo de Instrumento do Ministério Público Federal. Da Jurisprudência pacífica do STJ com relação à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário. 4. Quanto à pretensão de ressarcimento de danos ao Erário, o STJ pacificou o entendimento de que é imprescritível. Nesse sentido: AgRg no AREsp 663.951/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 20.4.2015, AgRg no AREsp 488.608/RN, Rel. Ministra Marga Tessler (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª Região), Primeira Turma, DJe 19.12.2014, AgRg no REsp 1.427.640/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 27.6.2014, REsp 1.289.609/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 2.2.2015, REsp 1.405.346/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 19.8.2014, AgRg no AREsp 513.006/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29.9.2014, AgRg no AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29.11.2013, REsp 1.331.203/DF, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 11/04/2013, REsp 1.089.492/RO, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 18.11.2010, EREsp 1.218.202/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Seção, DJe 28.9.2012, REsp 1.312.071/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.5.2013. 5. Recurso Especial provido. REsp 1303030/AL. Segunda Turma. Relator: Min. Herman Benjamin. Brasília, 2 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1303030.num.&&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial. PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. OCORRÊNCIA OU NÃO DE DANO AO ERÁRIO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO.

IMPRESCRITIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. DESCONTOS DE 30% DOS PROVENTOS. IMPENHORABILIDADE. RESP. 1.184.765/PA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, os arts. 21, I, da Lei n. 8.429/92, 1º da Lei n. 4.657/42 e 282, IV, do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a

pretensão recursal. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF, por analogia. 2. Analisar a ocorrência, ou não, de dano ao erário passa necessariamente pela análise do conjunto probatório dos autos. A pretensão de simples reexame de provas, além de escapar da função constitucional deste Tribunal, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, cuja incidência é indubitosa no caso sob exame. 3. O acórdão recorrido encontra-se no mesmo sentido do entendimento desta Corte, qual seja, não há falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível, "mesmo se cumulada com a ação de improbidade administrativa (art. 37, § 5º, da CF)" (AREsp 79.268/MS, Rel. Ministra ELIANA CALMON). Precedentes. Súmula 83/STJ. 4. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro Luiz Fux, sob o regime dos recursos repetitivos, consolidou entendimento segundo o qual, são absolutamente impenhoráveis "os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria, pensões, pecúlios e montepios; as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal". Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar o desconto de 30% dos proventos do recorrente. REsp 1485439/SP. Segunda Turma. Relator: Min. HUMBERTO MARTINS. Brasília, 14 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=1485439.num.&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. CONSTITUCIONAL E CIVIL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 1. É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil. 2. Recurso extraordinário a que se nega provimento. RE 669069/MG. Tribunal Pleno. Relator: Min. TEORI ZAVASCKI. Brasília, 3 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28669069%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/h2r63kw>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRITIBILIDADE (ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. 1. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, em face de agentes públicos, em decorrência de suposto ato de improbidade administrativa. 2. Repercussão geral reconhecida. RE 852475 RG/SP. Tribunal Pleno. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 19 de maio de 2016. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28852475%29&base=baseRepercussao&url=http://tinyurl.com/hut7s62>>.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 8ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p.202.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Atlas. 2004, p. 720.

ESTEVES, Carolina Bonadiman; COLA, Felipe de Souza Costa. **Prescritibilidade da Pretensão de Ressarcimento ao Erário por Dano Causado por Agente Ímprobo: Uma questão de proteção ao direito fundamental à segurança jurídica**. Trabalho publicado nos Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p. 3 – 19. nov de 2008.

FORNACIARI JÚNIOR, Clito. **Prescrição das ações de ressarcimento de danos causados por ato de improbidade administrativa**. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 42 n. 165, p.2. jan./mar. 2005.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade Administrativa**. 5ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 8 - 644, 2010.

G1. *Portal de Notícias da Globo*. Paraná, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/mpf-diz-que-devolucao-de-r-653-milhoes-a-petrobras-vem-de-36-acordos-de-colaboracao-premiada-e-5-de-leniencia.ghtml>. Acesso em: 13 fev 2017.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 190.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, v.1, p. 439.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no Direito Constitucional Brasileiro**. In: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes (coord.). *Constituição e segurança jurídica: Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005, o. 86-90.

SHIMURA, Sérgio. **Prescrição e estabilidade jurídica**. In: *Revista Mestrado em Direito*, Osasco, Ano 6, n.1.,2006, p.101.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 673.

TOURINHO, Rita Andréa Rehem Almeida. **A prescrição e a lei de improbidade administrativa**. In: *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 274, 7 abr, 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5054/a-prescricao-e-a-lei-de-improbidade-administrativa>. Acesso em: 8 fev 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, V. I, p. 611.